

ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SERGIPE.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2025

CONTRARAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa UNIR LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ 15.454.009/0001-40 vem através do seu representante legal que abaixo assina, apresentar CONTRA-RAZÕES, face aos recursos apresentados pelas empresas PRIMAZIA EMPREENDIMENTOS LTDA, HIGICLEAN LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA e GOCIL SERVICOS GERAIS NORDESTE LTDA nos termos do art. 5º, incisos XXXIV e LV, da Constituição Federal de 1988 e na forma da legislação vigente em conformidade com o § 4º Art. 165 da lei 14.133, confiando que os mesmos sejam improvidos pelas razões doravante apresentadas.

1. BREVE RESUMO DOS FATOS

Inicialmente, cumpre relembrar que se trata de pregão para Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços

continuado de limpeza, asseio e conservação predial, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e fornecimento de materiais de limpeza e de higiene, equipamentos e insumos necessários ao atendimento das necessidades do Instituto Federal de Sergipe.

Acudindo ao chamamento, as empresas interessadas compareceram à sessão e após a análise criteriosa, foi declarada como vencedora a empresa ora recorrida, UNIR LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Essa foi a decisão do ilustre pregoeiro.

DOS RECURSOS APRESENTADOS

Assim se fundamentaram os recursos apresentados:

Recorrente: HIGICLEAN LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA

Alegação de suposta irregularidade na qualificação técnica, suposta diferença entre o DRE e a conta de Duplicatas a Receber.

Recorrente: PRIMAZIA EMPREENDIMENTOS LTDA

Alegação de suposta irregularidade nas alíquotas de pis e cofins utilizada, suposta irregularidade na qualificação técnica, e a suposta Escrituração Contábil Digital - ECD transmitida ao Sped

Recorrente: GOCIL SERVIÇOS GERAIS NORDESTE LTDA

Alegação da suposta irregularidade à decisão que determinou sua inabilitação no certame.

2. DAS RAZÕES PARA IMPROCEDENCIA DO PLEITO RECURSAL.

Antes de abordar diretamente o mérito do recurso administrativo, destacamos que este licitante trata o processo licitatório com extrema seriedade. Participamos regularmente de certames desse tipo e possuímos uma ampla experiência comprovada em contratos similares.

As afirmações apresentadas pelas Recorrentes são completamente descabidas, revelando uma evidente falta de bom senso e caracterizando-se como medidas meramente protelatórias.

2.1 DA EFETIVA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Em atenção ao recurso interposto, no qual V. S.^a alega a ausência de comprovação de capacidade técnico-operacional para a execução de serviços pertinentes, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, cumpre-nos esclarecer o seguinte:

Do Objeto Contratual e da Capacidade Técnica

O objeto desta contratação se restringe à prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação das instalações do Instituto Federal de Sergipe (IFS) e de seus campi.

Preliminarmente, ressalta-se que as atividades de limpeza urbana, embora essenciais, são consideradas de natureza comum e rotineira. A sua execução não demanda a apresentação de atestados que comprovem um nível de complexidade técnica ou especialização superior ao usualmente exigido em contratações públicas ou privadas. A aptidão técnica para a

prestação destes serviços está, portanto, intrinsecamente ligada à experiência e capacidade organizacional para mobilizar mão de obra, equipamentos e insumos de maneira eficiente, em conformidade com o cronograma e escopo definidos em edital.

Sendo assim, a alegação de inaptidão técnica, baseada na ausência de comprovação de especialidade, desconsidera a natureza do serviço a ser prestado, que se enquadra na categoria de serviços de natureza contínua de rotina, não exigindo qualificação técnica diferenciada ou notória.

Partindo desta premissa, o serviço de limpeza que será executado, não necessita de curso específicos para sua realização, **sendo considerado de baixa complexidade.**

Serviços de baixa complexidade, podem ser prestados por uma gama ampla de empresas de terceirização, bastando que as mesmas demonstrem capacidade para a gestão de mão de obra.

Desta forma o que busca, é que a futura contratada demonstre possuir expertise no gerenciamento da mão de obra terceirizada. E isso fica notadamente demonstrado quando se exige o quantitativo mínimo de postos de trabalho e a comprovação de quantitativo mínimo de áreas limpas.

A priori, há que se observar que tais exigências editalícias deverão ser aquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações a serem assumidas perante o ente público contratante (art. 37, XXI, in fine, da Constituição da República), vedando-se a adoção de exigências inúteis ou

que onerem sobremaneira os licitantes, ferindo a ampla competitividade do certame.

Nessa seara, o processo licitatório – encarado como instrumento – tem seu propósito centrado na obtenção dos meios mais vantajosos ao interesse público.

Esta recorrida apresentou diversos atestados compatíveis com o objeto licitado em quantidade mais do que suficiente para comprovar sua capacidade de execução do serviço.

Os atestados de capacidade têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já gerenciou contratos de mão de obra com dedicação exclusiva e que a referida execução foi a contento, o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de que o aludido licitante possuir expertise técnica. **O que foi exhaustivamente demonstrado através de todos os documentos apresentados.**

Ora Sr. pregoeiro, foram apresentados atestados que comprovam a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra que ultrapassam a quantidade solicitada.

Em nenhum momento o edital exige que os atestados apresentados sejam idênticos ao objeto do item para o qual se concorre, até porque tal exigência é vedada para atividades de baixa complexidade.

A legislação vigente confere certa flexibilidade na análise da capacidade técnica, permitindo a consideração de atestados que demonstrem

a execução de atividades similares, desde que guardem pertinência com o objeto licitado.

O próprio Tribunal de Contas da União (TCU) tem reiteradamente reconhecido a possibilidade de aceitação de atestados que comprovem experiência similar, conforme se observa a seguir:

Acórdão 744/2015-TCU

“1.7.1. (...) nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica **devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada**, como o ocorrido no pregão eletrônico 3/2014” (grifo nosso)

Acórdão 553/2106 – Plenário | Ministro Vital do Rego

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, **os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos** aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais. (grifo nosso)

Acórdão 449/2017 – Plenário | Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

“Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.”

Acórdão 679/2015 – Plenário – TCU

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

(...)

9.3. com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, dar ciência à Codevasf que:

9.3.1. a exigência contida no subitem 4.2.2.3, alínea d.1, do instrumento convocatório da Concorrência 22/2014 não guarda conformidade com o disposto no art. 30, § 3º, da Lei de Licitações e com a jurisprudência deste Tribunal, sendo certo que **sempre deve ser admitida a comprovação de aptidão por meio de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior àquela objeto do certame;** (grifo nosso)

O judiciário já tem entendimento consolidado sobre a matéria, senão vejamos:

EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ORDINÁRIA – LICITAÇÃO PÚBLICA – ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA – INABILITAÇÃO DA LICITANTE – FORMALISMO EXACERBADO – PRECEDENTES DO STJ – AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA IDÊNTICO AO OBJETO LICITADO – DESNECESSIDADE E ILEGALIDADE – RECURSO NÃO PROVIDO – AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. Ausente a devida motivação, é defeso à administração impor exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação. A melhor inteligência da norma ínsita no art. 30 da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos, quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis. Os rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, na qual a existência de vários

interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º). Em razão do julgamento do mérito do Agravo de Instrumento, resta prejudicado o agravo interno, ante a perda superveniente do objeto.

(TJ-MT 10110367820198110000 MT, Relator: MARCIO APARECIDO GUEDES, Data de Julgamento: 10/11/2021, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 25/11/2021)

Nesta seara, temos ainda o entendimento do Mestre Marçal Justen Filho em “Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos” – 1ª Edição AIDE Editora – Rio de Janeiro, 1993.

“É proibido rejeitar atestados, ainda que não se refiram exatamente ao mesmo objeto licitado, quando versarem sobre obras ou serviços similares e de complexidade equivalente ou superior. A Similitude será avaliada segundo critérios técnicos, sem margem de liberdade para a administração.”

Nobre julgador, como observamos, tanto a jurisprudência quanto os doutrinadores são pacíficos no entendimento quanto a comprovação da Capacidade Técnica.

A recorrente aparenta total falta de conhecimento técnico sobre um procedimento licitatório, ou está brincando com a Administração, apresentando recursos meramente protelatórios.

O presente Recurso de Apelação busca deturbar o entendimento correto aplicado ao certame, uma vez que através de evasivas, foge às raias do bom senso com suas assertivas, ao de que os atestados não atendem ao disposto no Edital.

2.2 DA SUPOSTA IRREGULARIDADE DA PROPOSTA RECORRIDA (PIS e COFIS)

As alegações da Recorrente não encontram respaldo fático ou jurídico.

Em primeiro lugar, a aceitação da proposta da Recorrida deu-se em rigorosa observância ao edital e à Lei nº 14.133/2021, inexistindo qualquer “equivoco” da Comissão de Contratação, como tenta insinuar a Recorrente.

A habilitação e aceitação da proposta da Recorrida ocorreram em plena conformidade com o edital e com a Lei nº 14.133/2021, inexistindo qualquer afronta ao princípio do julgamento objetivo.

As planilhas de custos foram apresentadas em conformidade com os critérios fixados no edital, cabendo à Administração, como efetivamente fez, a análise da documentação e dos dados ali inseridos.

Ademais, eventual questionamento quanto ao regime tributário não se confunde com inexecutabilidade da proposta, sobretudo porque a

Recorrida demonstrou plena capacidade de execução contratual, atendendo aos requisitos essenciais. Nesse sentido, aplica-se o princípio do formalismo moderado, amplamente reconhecido pela jurisprudência do TCU e dos Tribunais pátrios, segundo o qual falhas formais que não comprometem a substância das exigências editalícias não autorizam a desclassificação de propostas.

Esta recorrida apresentou em sua planilha de custos e formação de preços as alíquotas de 0,65% para o PIS/Pasep e 3% para a Cofins, por se aproximarem da média efetivamente praticada nos meses em que houve débitos a recolher dessas contribuições nos últimos 12 meses (0,69% e 3,16%).

Ocorre que a Recorrida realiza constantemente investimentos voltados à ampliação e renovação de sua frota de veículos, o que gera créditos fiscais capazes de compensar as contribuições devidas. Em razão disso, no período compreendido entre os últimos 12 meses, apenas entre agosto/2024 e outubro/2024 houve débitos efetivamente recolhidos a título de PIS e Cofins, inexistindo pagamentos nos demais meses em virtude do aproveitamento de créditos tributários.

Importante destacar que tal cenário não pode ser interpretado como se a empresa estivesse isenta ou sem incidência tributária no exercício de 2025 por inteiro. No entanto, as alíquotas propostas na planilha são uma estimativa conservadora, calculada para refletir um cenário de possível alteração na carga tributária da empresa.

Assim, a manutenção dos percentuais indicados na planilha representa medida de prudência empresarial, garantindo que eventuais oscilações na carga tributária futura não prejudiquem a execução contratual. Para fins de comprovação, foram anexados os comprovantes das EFD-Contribuições relativas ao período de 08/2024 a 06/2025.

Cumpramos esclarecer que, no ano de 2025, ainda não houve necessidade de recolhimento dessas contribuições.

A Recorrente, por sua vez, limita-se a levantar meras conjecturas, sem apresentar prova concreta de que a proposta da Recorrida seria inexequível ou de que teria havido afronta direta ao edital.

Portanto, não prospera a alegação de nulidade ou de afronta ao art. 59 da Lei nº 14.133/2021, devendo o recurso ser integralmente rejeitado, com a consequente manutenção da habilitação e classificação da Recorrida.

3. DA SUPOSTA INCONSISTÊNCIA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (DRE, DUPLICATAS E CAIXA

As alegações da Recorrente igualmente não prosperam.

Em primeiro lugar, cumpre destacar que a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), exigida no certame, foi regularmente apresentada pela Recorrida e atesta a receita auferida no período. A Recorrente tenta induzir a erro ao sugerir que a receita da DRE deveria ter

correspondência direta com o saldo final da conta “Duplicatas a Receber”. Tal raciocínio é tecnicamente equivocado.

A variação em “Duplicatas a Receber” reflete apenas a parcela de receitas que permanece a receber em determinada data, não correspondendo ao total da receita auferida. Isso porque a receita reconhecida na DRE pode ter como contrapartida não apenas duplicatas, mas também:

- recebimentos diretos em caixa e bancos;
- compensações de créditos;
- receitas já recebidas durante o próprio exercício.

Ou seja, a diferença apontada pela Recorrente decorre de uma interpretação equivocada da técnica contábil, pois não há obrigatoriedade de que toda a receita de serviços se reflita na conta de duplicatas.

Não é possível julgar e apontar discrepância observando as demonstrações, pois o Balanço Patrimonial é apenas um retrato da posição do saldo das contas na data de fechamento e não evidencia a variação de receitas do período, tal qual faz a DRE – Demonstração do Resultado do Exercício.

Igualmente como houve um incremento de receita, que claramente tende a aumentar o saldo de Duplicatas a Receber, durante o exercício esta recorrida também recebeu os valores de seus contratos junto aos seus

clientes, o que faz com que o saldo da conta seja reduzido (baixa de duplicatas a receber). Isso é mais que natural que ocorra, afinal a recorrida precisa receber de seus clientes para conseguir operar seu negócio.

Quanto à menção ao saldo da conta Caixa, igualmente não há qualquer irregularidade. A denominação “Caixa” em demonstrações contábeis não se restringe a valores em espécie, podendo representar recursos disponíveis de forma imediata, incluindo saldos em conta corrente bancária ou aplicações de liquidez imediata.

Ademais, esta recorrida realiza operações em espécie, efetuando baixas do saldo acumulado em exercícios anteriores. Essa prática, embora não seja usual em todas as operações, não possui vedação legal e está em conformidade com a legislação aplicável.

Assim, não se sustenta a alegação de suspeita quanto à movimentação desses valores, inexistindo qualquer indício de irregularidade.

Importa lembrar que a finalidade da exigência editalícia era a demonstração da capacidade econômico-financeira da empresa, a qual foi devidamente atendida. A apresentação dos livros complementares “Razão” e “Diário”, como pretende a Recorrente, não encontra respaldo no edital, que em momento algum exigiu tal nível de detalhamento. A Administração não pode criar exigências não previstas no instrumento convocatório, sob pena de violar os princípios da vinculação ao edital e da legalidade (art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021).

Assim, as demonstrações contábeis apresentadas pela Recorrida cumprem integralmente as exigências editalícias e são aptas a comprovar a sua idoneidade financeira. A tentativa da Recorrente de desqualificar os documentos traduz mero inconformismo, sem qualquer fundamento jurídico ou contábil idôneo.

Ademais, o balanço contábil apresentado pela Recorrida foi devidamente elaborado por **profissional contador regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade (CRC)**, observando as normas técnicas e legais pertinentes, e posteriormente aprovado e registrado na **Junta Comercial do Estado de Sergipe (JUCESE)**. Portanto, trata-se de documento revestido de plena fé pública e validade jurídica, não podendo ser desqualificado com base em meras conjecturas da Recorrente.

Diante disso, não há que se falar em irregularidade nas demonstrações financeiras apresentadas, devendo ser rejeitada a alegação.

No que tange às alegações sobre a suposta invalidade do balanço, por conter registros de retificação de exercício anterior e pela ausência de apresentação do Livro Diário em sua forma digital (SPED), trata-se de interpretação equivocada e que extrapola o edital.

Primeiro, porque o próprio edital não exigiu a apresentação do Livro Diário ou da Escrituração Contábil Digital completa, limitando-se a requerer o Balanço Patrimonial e a DRE, ambos apresentados nos moldes da legislação societária e contábil, com o devido registro na Junta Comercial. Exigir

documentos adicionais, como pretende a Recorrente, configuraria criação de requisito não previsto no edital, em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Segundo, a existência de retificações em um balanço anterior não compromete a validade das demonstrações contábeis subsequentes. Na verdade, essa ação reforça a transparência e a confiabilidade dos registros da empresa, demonstrando que os ajustes necessários foram feitos em total conformidade com as normas contábeis vigentes. Como não existe nenhuma proibição legal para a retificação de balanços, o próprio recorrente não conseguiu apresentar uma base legal que a sustente.

Por fim, a alegação de que a empresa deveria ser inabilitada por não apresentar o Livro Diário SPED não encontra qualquer respaldo legal ou editalício. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) é pacífica ao reconhecer que a Administração não pode desclassificar ou inabilitar licitante por ausência de documento não exigido expressamente no edital, sob pena de violar o princípio da legalidade e restringir indevidamente a competitividade.

Portanto, resta incontroverso que a Recorrida comprovou de forma plena a sua qualificação econômico-financeira, por meio de documentos válidos, regulares e suficientes nos termos do edital. As alegações da Recorrente configuram meras conjecturas, desprovidas de amparo jurídico, devendo ser rejeitadas.

3.1 Do excesso de formalidade

Esta recorrida atende a todos os requisitos e especificações técnicas exigidos no edital, demonstrando plena capacidade técnica para executar os serviços de acordo com as necessidades do órgão contratante.

O excesso de formalismo e valorização exagerada das regras e dos procedimentos formais, em detrimento dos objetivos principais das licitações, como a competitividade, a eficiência e a obtenção da melhor proposta para a administração causam grandes prejuízos para administração como:

1. **Burocracia excessiva:** O apego exagerado aos detalhes formais torna o processo licitatório mais lento e oneroso. Isso dificulta a participação de empresas, especialmente as de menor porte, que podem não ter estrutura para cumprir todas as exigências.
2. **Redução da competitividade:** Exigências desnecessárias podem excluir participantes habilitados e interessados, diminuindo a competição e, conseqüentemente, a qualidade e o custo-benefício das propostas.
3. **Insegurança jurídica:** Licitantes podem ser desclassificados por erros formais, mesmo que apresentem a proposta mais vantajosa. Isso leva a uma

insegurança jurídica, gerando mais contestações e judicializações dos processos licitatórios.

Os tribunais vêm combatendo veemente o excesso de formalismo no julgamento dos processos licitatórios;

Processo Civil e Administrativo - Licitação - Habilitação
- Excesso de Formalismo - Capacidade Técnica
Devidamente Comprovada - Sentença Mantida. I - **Deve a Administração Pública observar os requisitos para habilitação no procedimento licitatório com razoabilidade, evitando formalismo exacerbado**, a fim de preservar a possibilidade de competição entre os licitantes; II - Restando comprovada a capacidade técnica da empresa impetrante através de documentos e atestados juntados aos autos, deve a mesma ser considerada habilitada; III - Recurso conhecido e desprovido. (TJ-SE - AC: 2009208431 SE, Relator: DESA. MARILZA MAYNARD SALGADO DE CARVALHO, Data de Julgamento: 01/10/2009, 2ª.CÂMARA CÍVEL)

Acórdão 357/2015 (plenário) do Tribunal de Contas da União:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

“Recomendação a uma prefeitura municipal para que qualifique, em procedimentos licitatórios com recursos federais, as exigências formais menos relevantes à consecução do objeto licitado, estabelecendo nos editais medidas alternativas em caso de descumprimento dessas exigências por parte dos licitantes, **objetivando evitar a desclassificação das propostas, visando a atender ao princípio do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração**, sem ferir a isonomia entre os partícipes e a competitividade do certame.” (Tribunal de Contas da União, item 9.6.1, TC-002.147/2011-4, Acórdão nº 11.907/2011-Segunda Câmara).

Dessa forma, razão não assiste a alegação da recorrente, a documentação fornecida, foi analisada pela administração, passando pelo crivo e de forma correta foi aceita pelo Pregoeiro.

A manutenção da declaração de vencedor realizada pelo Instituto Federal de Sergipe imperativa para atender ao interesse público

Reforçamos nosso compromisso em participar deste processo licitatório de forma idônea e transparente, contribuindo para o cumprimento dos objetivos da administração pública e para a oferta dos melhores serviços à sociedade.

4. DA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA GOCIL SERVIÇOS GERAIS NORDESTE LTDA

O recurso apresentado pela empresa Gocil busca reverter sua inabilitação no certame. No entanto, as alegações da Recorrente são improcedentes.

A decisão judicial apresentada, que versa sobre a suspensão da cobrança por órgãos públicos, não confere à Recorrente o direito de participar do processo licitatório sem a devida apresentação das certidões exigidas pelo edital. Tal decisão apenas resguarda o licitante da cobrança, sendo sua responsabilidade solicitar aos órgãos competentes a emissão de uma certidão que reflita essa condição.

Independente da argumentação, a administração pública, agindo com base no princípio da autotutela, reconheceu um equívoco na desclassificação inicial da Recorrida. Conforme a súmula 473 do Supremo Tribunal Federal (STF), a administração tem o poder-dever de anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou de revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade.

Assim, a proposta da Recorrida foi devidamente aceita e sua habilitação foi restabelecida. Dessa forma, a discussão levantada pela Recorrente torna-se **prejudicada**, uma vez que, mesmo se seu entendimento fosse acolhido, não haveria alteração nos resultado do certame, pois a situação já foi corrigida pela Administração.

Portanto, o recurso da empresa Gocil não altera o resultado do processo licitatório

5. DA POSSIBILIDADE DE DILIGENCIAR

A diligência é um instrumento legítimo para garantir a lisura e o devido processo legal nas licitações. A administração, tem o dever de atuar preventivamente ou de forma contenciosa no acompanhamento do certame, pode valer-se desse mecanismo tanto para **preservar direitos dos licitantes** quanto para **contribuir com a transparência e eficiência do procedimento** licitatório.

Assim, mesmo após toda a comprovação que foi apresentada caso a administração entenda ser necessário a apresentação de mais documentos, não pode simplesmente proceder com a desclassificação deste recorrido.

É dever da agente de contratação/pregoeiro diligencia para sanar quaisquer duvida que exista sobre a habilitação e no caso em tela, solicitar a apresentação de mais atestados.

Vejamos os acórdãos sobre a matéria:

Neste sentido a jurisprudência é pacífica e temos recentes acórdãos sobre a matéria vejamos:

Acórdão nº 602/2025 – Plenário

REPRESENTAÇÃO. SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO 90008/2024. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO PREDIAL. INABILITAÇÃO DA EMPRESA REPRESENTANTE. **NÃO REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA PARA SANAR PENDÊNCIA DOCUMENTAL.** PERCENTUAIS MÍNIMOS DE VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. PARCIAL PROCEDÊNCIA. CIÊNCIA PREVENTIVA. COMUNICAÇÕES. (...) **é lícita a admissão da juntada de documentos, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame,** sem que isso represente afronta aos princípios

da isonomia e da igualdade entre as licitantes, contrariando o art. 64 da Lei 14.133/2021 e a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdão 966/2022-TCU-Plenário, relator Ministro Benjamin Zymler, e 988/2022-TCU-Plenário, relator Ministro Antonio Anastasia;

Acórdão nº 641/2025 – TCU – Plenário

“A desclassificação da proposta da licitante, sem a realização de diligências que poderiam sanar possíveis vícios, afrontou os princípios da isonomia, da competitividade e da economicidade, além do disposto no art. 64, inc. I e § 1º, da Lei 14.133/2021, o arts. 39, § 7º, e 41 da IN Seges/ME 73/2022, bem como a jurisprudência desta Corte de Contas (a exemplo do Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Walton Alencar);

Em ambos os acórdãos, o TCU considerou como irregular a desclassificação dos licitantes por ausência de documentos de habilitação que comprovam a situação preexistente.

Reiteramos que esse posicionamento já está consolidado vem sendo adotado desde 2021 com os acordões TCU Acórdão 1211/2021- Plenário e Acórdão 468/2022-Plenário

TCU, Acórdão nº 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021.

“o pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que **a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro**”. (Grifamos)

Seguindo o entendimento do TCU, era devido oportunizar que esta licitante apresenta-se os documento ausentes.

TCU, Acórdão nº 468/2022-Plenário

21.1. Vê-se, assim, que as propostas recusadas na licitação (e que apresentavam preços bem menores) foram refutadas não por desatenderem às especificações do objeto, mas por conta de um formalismo exagerado por parte da comissão de licitação, em prejuízo da seleção da proposta mais vantajosa e indicando possível direcionamento. A busca da melhor proposta deve sobrepujar o apego à literalidade de regras formais. Nesse sentido, em que pese prolatado após a realização do certame, o recente Acórdão 1.211/2021-TCU-Plenário dispõe (grifos ao original): TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO TC 000.106/2021-6 12 **Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes** e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). **O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e

acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Assim, somente para evitar qualquer tipo de dúvida, estamos anexando juntos a este, os recibos da EFD.

6. DO PEDIDO

Face todo o exposto, requer:

- 6.1 Que sejam recebidas as presentes Contra-razões de recurso;
- 6.2 Seja JULGADO e o considere como INDEFERIDO O RECURSO DAS EMPRESAS RECORRENTES;
- 6.3 Manutenção intacta da decisão que declarou vencedora a empresa UNIR LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, julgando totalmente improcedente as razões recursais.

Nestes Termos

P. Deferimento

Aracaju/SE dia 22 de agosto de 2025

Igor Andrade Fontes
Sócio Proprietário

UNIR
LOCAÇÕES E SERVIÇOS